



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### EDITAL Nº 115/2015

MANUEL AUGUSTO SOARES MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata nº 64, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 27 de novembro de 2015 e aprovada em 9 de dezembro de 2015.

Este documento, dada a sua extensão, encontra-se disponível para consulta no Atendimento ao Público desta Câmara Municipal, sito na Praça 8 de Maio, durante o horário de expediente, e na página eletrónica da Câmara Municipal, em [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital que vai assinado e devidamente autenticado com selo branco e outros de igual teor que serão afixados no Átrio dos Paços do Concelho e demais lugares do uso e costume.

Registe-se e publique-se.

Paços do Município, 9 de dezembro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

(Manuel Augusto Soares Machado)

*Min:GM*  
*Dact:GM*  
*Conf:AM*  
*Serviço Emissor: DAAOM*



**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**ATA Nº64**  
**DA**  
**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**DA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**Local:** Sala das Sessões dos Paços do Município

**Data:** 27/11/2015

**Iniciada às 10H00 e encerrada às 13H30**

**Aprovada em 09/12/2015 e publicitada através do Edital n.º 115/2015**

A reunião iniciou-se com a presença de:

**Presidente:** Manuel Augusto Soares Machado  
**Vice-Presidente:** Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira  
**Vereadores:** Carlos Manuel Dias Cidade  
Jorge Manuel Maranhães Alves  
Carina Gisela Sousa Gomes  
João Paulo Barbosa de Melo  
Francisco Correia de Figueiredo Andrade  
Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor  
José António Pinto Belo  
Francisco José Pina Queirós  
José Augusto Moreira Ferreira da Silva



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, Manuel Augusto Soares Machado, Secretariado por Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete, Diretora do Departamento de Administração Geral, coadjuvada por Goreti Lopes, Técnica Superior e Romina Ferreira, Assistente Técnica.

Verificaram-se as ausências dos Srs. Vereadores José António Raimundo Mendes da Silva e Paulo Jorge Carvalho Leitão, oportuna e respetivamente substituídos pelos Srs. Vereadores Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor e Francisco Correia de Figueiredo Andrade, tendo o Executivo deliberado justificar as faltas dos dois primeiros e da Sra. Vereadora Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves, que também não pôde comparecer.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA



### ORDEM DO DIA

#### PONTO ÚNICO - CENTRO DE CONVENÇÕES E ESPAÇO CULTURAL DO CONVENTO DE S. FRANCISCO

- ESTUDO DE VIABILIDADE FINANCEIRA E MODELO DE GOVERNAÇÃO

- TABELA DE PREÇOS PARA OS ESPAÇOS E DE VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

O Sr. **Presidente** deu início à reunião, que tinha como Ponto Único o Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de São Francisco, acrescentando que tinha sido distribuído ao Executivo o estudo final encomendado à empresa Opium, e que apresenta os diversos cenários possíveis de ação num futuro próximo. Indicou a presença do Eng. João Aidos, contratado para assessorar a Câmara Municipal nesta operação. Disse que o Centro de Convenções e Congressos é um notável equipamento, importante não só para Coimbra, mas para o país. Além disso, está a ser dotado de condições que o torna atrativo e competitivo não só a nível regional. Portanto, é imperioso ser exigente no modelo de gestão a adotar. É relevante para a economia, para o turismo, para a cultura e também para o património, pelo restauro do edificado. Chamou a atenção para o facto de o contratualizado com o POVT e outras entidades estipular que a obra deva estar concluída no próximo dia 31 de dezembro, em termos físicos e financeiros, já usando do benefício que a Comissão Interministerial de Coordenação dos Fundos Comunitários, que validou este prazo para o término, já que inicialmente era diferente e teve de haver renegociação. Informou que o contrato de financiamento vincula as partes, acrescentando que têm sido feitas diversas atividades para ir dando a conhecer o ponto de situação do avanço da obra e, ao mesmo tempo, as ações que terão lugar no equipamento. Disse que, com exceção da obra que está a decorrer na Igreja do Convento de São Francisco, pois consiste numa ação à parte, sem financiamento comunitário, a restante empreitada está praticamente pronta. Neste sentido, há um conjunto de decisões a partilhar e desenvolver. Destacou que nesta operação têm vindo a ser levadas em consideração contributos de muitas entidades, que inclusivamente visitaram alguns espaços já prontos, ligadas à cultura, ao turismo, a atividades económicas, aos congressos, etc., e tem existido partilha de experiências neste âmbito. Afirmou que decorrem negociações visando a instalação de entidades especializadas no espaço, direcionadas para organização de congressos. Disse também que responsáveis máximos de equipamentos com a mesma atividade económica e social, como por exemplo o Centro de Congressos do Estoril, têm mostrado os seus pontos de vista, bem como os agentes culturais da cidade, assegurando que tem vindo a existir esta ligação entre as distintas entidades. Desta interligação igualmente resultou uma parte do trabalho que naquele dia era apresentado sob a versão de relatório final.

O Eng. **João Aidos** disse que o documento era bastante sucinto mas, em todo o caso, faria um pequeno enquadramento do documento, que vinha na continuidade de outro já existente, consistindo num estudo de viabilidade económica e num plano de ação em vários âmbitos. No fundo, os objetivos do espaço e no modelo de governança, inserido na atualização de outro plano que já existia e na candidatura ao POVT. Aliás, o próprio POVT solicitou que fossem apresentadas linhas orientadoras e um conjunto de objetivos, bem como atualizações económicas face ao presente ano. O estudo inicial já foi apresentado em reunião da Câmara Municipal e numa conferência internacional que decorreu em maio passado, e foi a partir dele que se pôde aprovar a candidatura, renegociando desta forma o cronograma de obra e a reformulação do projeto, onde muitos dos trabalhos complementares passaram a ser elegíveis em termos de financiamento. O atual documento consiste num plano estratégico, de ação, que tem vindo a ser discutido com diversas entidades, associações e estruturas, não só da cidade, numa tentativa de se perceber qual o enquadramento do equipamento a nível nacional e internacional. Este documento, prosseguiu, já é mais minucioso,



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

apresentando uma série de linhas estruturais, dando ideias até em termos de programação. Mas tal não indica que o estudo esteja concluído, apenas aponta nas suas várias vertentes (turismo de negócios, turismo cultural, programação artística) estratégias de gestão do espaço e as pretensões para o mesmo. Confirmou ter sido negociada com várias entidades, nomeadamente com a Agência de Turismo, a questão do Convention Bureaux, sendo feitas diversas reuniões com alguns de várias partes do país. No fundo, resumiu, o documento apresenta linhas estratégicas, sendo um plano de ação a apresentar à Câmara Municipal.

O Sr. Vereador Jorge Alves disse ter lido o documento com atenção, e quis dar os parabéns pela sua elaboração, por achar-lo um bom documento de trabalho. Do ponto de vista do Sr. Vereador, a equipa fez uma reflexão interessante sobre o enquadramento do equipamento que será fundamental para o Concelho. Acrescentou que a parte fundamental do documento tinha a ver com os modelos de governação e com as opções que terão de ser feitas no âmbito permitido pela legislação autárquica atual. Disse terem sido apresentadas três soluções fundamentais, mas cada uma delas tinha os seus prós e contras. Disse que faria algumas sugestões, uma delas cingia-se ao facto de, no serviço educativo, não existir nenhuma referência a um mercado que pode ter algum interesse: do turismo educacional. Admitiu que esta expressão não era muito utilizada, mas, por todo o país, existem milhares de estudantes do ensino básico e secundário que, ao longo do ano, vão procurando, em conjunto com as escolas, visitar espaços, visitas de estudo que são pagas, salientou, sendo um mercado atrativo. Pelo que está previsto no programa educativo para o Centro de Congressos do Convento de São Francisco, e associando a isto a questão da “Coimbra Património Mundial”, da Universidade de Coimbra e dos vários espaços existentes na cidade, deveria ser um mercado a explorar, podendo ser mais uma fonte de receita, não só para o equipamento em si, mas também para a componente hoteleira. Muitas das visitas de estudo duram mais que um dia, e tal acaba por gerar receitas para a cidade. Outra área que parecia ao Sr. Vereador que deveria ser explorada era o turismo sénior. Este já tem bastante implantação no país, existindo muitos programas desenvolvidos nesta matéria, não só pela Fundação INATEL, mas igualmente por várias agências de viagens, e consiste num mercado que tem procura e poder de compra. Também acrescentaria no estudo a questão da formação. Ela é abordada superficialmente no documento, mas poderia existir formação profissional em áreas muito específicas. Falta, a nível nacional, formação na área das artes de espetáculo, por exemplo, outro mercado que deveria ser explorado. Seriam formados profissionais qualificados para esta área, que poderiam servir não só ao Centro de Convenções do Convento de São Francisco, mas a outras estruturas similares com dificuldades em encontrar profissionais. Estas sugestões, realçou o Sr. Vereador, não pareciam estar previstas no estudo, embora parecesse um bom documento de trabalho. Em relação aos modelos de gestão, opinou que as reflexões deveriam ser mais aprofundadas, por implicarem opções estratégicas e, naturalmente, custos. Sugeriu que os benefícios e os constrangimentos de cada opção deveriam ser mais trabalhados para o Executivo poder tomar uma decisão a respeito. Afirmou que a estrutura é fundamental, tem que funcionar com uma programação de qualidade, atrair novos públicos e afirmar-se como um espaço de excelência, mas não deve honrar excessivamente os cofres municipais.

O Eng. João Aidos agradeceu pelas pertinentes sugestões do Sr. Vereador Jorge Alves, respondendo que neste período foi tentado encontrar um conjunto de valências para o espaço. Esclareceu que o Welcome Center é proposto para um espaço que anteriormente era destinado a exposições temporárias, tornando-se a porta de entrada da cidade, por assim dizer, com o intuito de captar novos turistas, de várias faixas etárias e vários segmentos. Para tal, pode existir uma aproximação com o público que visita o Portugal dos Pequenitos, do turista que chega à cidade e possivelmente inicia o passeio naquela margem, da comunidade, enfim, a ideia é que a porta de entrada da cidade, sublinhou, se faça a partir do Convento de São Francisco. A instalação do Convention Bureaux e de lojas ligadas às indústrias criativas no espaço não é feita ao acaso, sendo o Welcome Center uma espécie de centro interpretativo, que conheça, imagine e interprete Coimbra, um espaço de memória da cidade e daquele equipamento. Este espaço terá material museológico expositivo e



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

está prevista uma série de encomendas a serem feitas a jovens criadores para transmitir um olhar sobre a cidade, em várias áreas. Também se quer a utilização de mapas antigos da cidade, para que se perceba como ela cresceu, como evoluiu. Se o turista começar a sua visita naquele lado da cidade, apercebe-se que existem muitos locais de interesse, como o Portugal dos Pequenitos, Santa Clara-a-Velha, o Exploratório, a Quinta das Lágrimas, podendo despende um dia ou um dia e meio apenas na margem esquerda. Tal criará novos hábitos de visita e, possivelmente, novos guias, novas empresas, sendo que a cidade poderá se posicionar, em termos de turismo cultural, com outras valências. O Eng. João Aidos previu que o turista passe uma manhã no próprio Convento de São Francisco, onde, além de visitá-lo, poderá planejar a sua estadia em Coimbra. Adiantou que a Câmara Municipal está a preparar a junção de ingressos de diversos locais turísticos num bilhete único, servindo o Convention Bureaux para informar o que há para fazer e conhecer na cidade e na região. Esta organização também permite que o equipamento concorra a fundos comunitários. Sobre a questão do serviço educativo, disse que não foi denominado desta maneira para que não haja o engano de se pensar que é exclusivamente destinado a crianças. Disse que o serviço educativo prepara a mediação com os diversos públicos, sejam seniores, sejam de outra faixa etária. Portanto, todas as linhas programáticas do Centro de Congressos do Convento de São Francisco têm de ter um plano de mediação. Todos os projetos que ali serão levados a cabo deverão ser preparados com uma série de conteúdos para a fidelização do público. Assim, isto está a ser interligado com os equipamentos existentes em volta. Algo extremamente importante que tem vindo a ser desenvolvido é a formação profissional, sublinhou. Disse existir projetos conjuntos com o Conservatório, onde se quer apostar na formação artística para professores.

O Sr. Vereador **Jorge Alves** interveio para frisar que não existe em Coimbra, ou arredores, quem repare instrumentos musicais de grande dimensão que o Conservatório utiliza, por exemplo. Para o Sr. Vereador, seria interessante se o Centro de Congressos perspetivasse esta área de formação profissional, pois, em conversa com o Diretor do Conservatório, ficou a saber que este tipo de reparação tem de ser feita em Lisboa ou no Porto.

O Eng. **João Aidos** declarou que a intenção é que Coimbra se posicione a nível nacional na formação para professores, possuindo um centro de formação creditado, vocacionado para docentes na área das artes, em parceria com o Conservatório, a Escola da Noite e outras entidades, de forma a ficar ao nível das formações oferecidas pela Fundação Gulbenkian ou pela Casa da Música. Acrescentou que estava a envidar contactos com uma das melhores escolas da Europa, a Kodati, que abriria uma extensão em Barcelona, mas, no momento, está prevista a sua abertura em Coimbra, em parceria com o Convento de São Francisco. A perspetiva do Eng. João Aidos é trabalhar para que daqui a três ou quatro anos o Convento de São Francisco se possa afirmar como uma escola superior no âmbito das artes corporais, em parceria com o Conservatório, com agentes locais, com uma companhia profissional que se está a formar neste momento na área da dança, numa ação integrada para que Coimbra se posicione a nível nacional neste âmbito, já que só existe uma escola superior do género, em Lisboa. O Porto já tentou várias vezes, sem sucesso, e esta é uma oportunidade enorme, salientou. Disse que a questão da formação de professores e técnicos é uma ótima aposta, visto a cidade possuir pessoas com conhecimentos para darem este tipo de formação.

O Sr. Vereador **Francisco Queirós** disse que algumas das questões que gostaria de colocar já tinham sido abordadas pelo Eng. João Aidos, mas ainda assim as gostaria de ver reforçadas. Afirmou que qualquer dos modelos de governação deste importantíssimo equipamento será fundamental. Salientou que a abertura do Convento de São Francisco não tem como objetivo acabar com os já existentes na cidade, pois seria um absurdo, mas é necessário haver esta sinergia, este cruzar de interesses e de participação de todos aqueles que trabalham na área da cultura em Coimbra. Para o Sr. Vereador, não faria sentido destruir o que existe para



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

criar algo que, neste momento, nem está ainda bem definido. No entanto, declarou que deixaria a sua intervenção para mais tarde, fazendo a sua apreciação global posteriormente.

O Sr. Vereador José Belo disse que, para além da formação, o equipamento deveria fomentar a investigação e a pesquisa no domínio artístico. Leu o documento, opinando que o mesmo estava muito bem esquematizado, e vinha na linha do estudo elaborado para o POVT. Portanto, não o surpreendia pela qualidade. O documento era passível de várias ilações, dentre as quais transmite a ideia de uma cidade cultural compacta: trabalho em rede, potenciamento de sinergias, e, de certo modo, fazer da instituição uma espécie de ícone local. Na perspetiva do Sr. Vereador, é preciso ousar para obter sucesso, e, do ponto de vista institucional, ir tão longe quanto possa e quanto a lei permita. A legislação cria constrangimentos, como a impossibilidade da criação de uma fundação pública de direito privado. Em relação ao enquadramento é preciso ter em conta que, por mais esforços que se façam, a Câmara Municipal tem de ter a noção do valor do investimento a ser feito a médio e longo prazos. No entanto, previu que, se o projeto se desenvolvesse dentro da normalidade, daria retorno nos vários domínios artísticos. Por outro lado, queria ver enfatizada a relação do equipamento com a cidade e o rio. Também queria que fosse referida a questão das acessibilidades, das pessoas com mobilidade condicionada, pois não se lembra de ter sido equacionado no estudo este aspeto, que lhe é muito caro. O Sr. Vereador ressaltou que a escolha do modelo de gestão era muito importante, não lhe repugnando a ideia da criação de uma fundação, uma das hipóteses ponderadas, podendo ser cofundadora a própria Universidade de Coimbra. Disse ser um assunto a explorar, do ponto de vista estratégico, pois far-se-ia um desenho jurídico onde a Universidade seria responsabilizada, entidade com muitos anos e com margem para progressão. Espera que posteriormente seja elaborado um estudo centrado no modelo de gestão, que permita ao Executivo, do ponto de vista político, a fazer opções fundadas tendo em conta o interesse público e o investimento feito. Opinou que o documento distribuído era ambicioso, elogiando tal atitude, pois era necessário ter esta ambição positiva de pôr Coimbra em maior destaque do ponto de vista regional e nacional. Portanto, era preciso saber mobilizar e criar a ideia de uma cidade consolidada neste âmbito. O Sr. Vereador não sabia dizer se o Museu Machado de Castro poderia, diante da sua natureza, igualmente ser cofundador, mas insistiu que a Universidade era um parceiro incontornável neste projeto.

O Sr. Vereador Ferreira da Silva referiu que o Convento de São Francisco existe e lá se encontra como uma obra grandiosa, porém com as dificuldades próprias de aparentemente nunca ter havido uma definição muito clara do que se pretendia implementar naquele espaço aquando o lançamento da obra. Tal obviamente teria repercussões no futuro, sem a existência de um programa para o equipamento. Isto faz com que o Sr. Vereador coloque recorrentemente uma questão: na sua opinião, esta discussão é tardia. Está previsto para a semana seguinte a realização no local de um Congresso da Língua Portuguesa, mas de forma geral estava-se a trabalhar tardiamente na definição do que se esperava para o espaço. Disse que o documento continha algumas contradições, como por exemplo quanto à entrada em funcionamento. Em páginas diferentes, podia-se ler que o equipamento entraria em funcionamento no primeiro trimestre, no segundo trimestre ou mesmo no segundo semestre de 2016. Portanto, era algo que merecia ser esclarecido desde logo. O Sr. Vereador disse também que o documento continha alguns aspetos incompreensíveis dada a sua dimensão, o que lhe suscitava dúvidas de quando o mesmo foi elaborado, pois dava a ideia de que tinha sido feito há muito tempo. Teve esta perceção pois os dados sobre o turismo de negócios estavam desatualizados, porque não referiam dados definitivos relativamente a 2014. Informou que Portugal desceu dois lugares no ranking do turismo de negócios em relação ao que tinha conquistado no ano anterior, e igualmente no número de eventos, e, por outro lado, achava que seria pertinente estar indicado quantos estrangeiros estiveram presentes nestes eventos. Segundo os dados que pôde apurar, ascenderiam a setenta mil pessoas em 2014. Mostrou-se surpreendido pelo facto de ter sido necessário recurso a uma empresa de consultadoria, pois



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

achava que um documento daquele género podia ser elaborado pelo Eng. João Aidos. Na sua opinião, o estudo permitiria habilitar a Câmara Municipal a decidir sobre o modelo de gestão, mas no documento, depois de sugeridas as várias alternativas, consta que a informação deveria ser complementada por uma análise jurídica mais aprofundada e especializada. O Sr. Vereador afirmou que tal era essencial para que o Executivo deliberasse sobre o modelo de gestão, pois é a principal questão a ser decidida. Comentou que a gestão pela Câmara Municipal, que tem as desvantagens descritas no documento, tem como vantagem o facto de o orçamento ir adaptando-se às necessidades, bem como a decisão política ser sempre da Câmara Municipal, apesar de ter consciência que os mandatos mudam, e as orientações também, sendo necessária alguma estabilidade na gestão do espaço. Opinou ser muito importante a definição do papel do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal neste âmbito. Por outro lado, havia a dificuldade de contratação, mas levava em consideração a existência dos quadros camarários: os operacionais e de serviços de limpeza eram escassos, mas existiriam muitos técnicos superiores que poderiam ser reencaminhados para um projeto desta natureza. Na sua opinião, era importante o referido parecer jurídico fundamentado, pois ainda havia três opções a levar em conta: a associação de desenvolvimento local, a empresa local e a fundação. No entanto, a menos que o recém-empossado Governo altere o atual quadro legal, as duas últimas opções serão impraticáveis daqui a três anos. Com os números apresentados, possivelmente, daqui a três anos, o equipamento não preencherá os requisitos da legislação em vigor atualmente. Comentou que a lei trouxe aspetos negativos, mas também veio moralizar alguns despautérios de alguns municípios no que se refere às empresas municipais. Repetiu que, naquela reunião, o mais importante era o Executivo estar habilitado a decidir o modelo de gestão, mas o documento falha na ajuda que poderia dar para a definição do mesmo. Afirmou ser sabida a posição dos Cidadãos por Coimbra em relação à natureza do equipamento e à sua valência principal. Entendem, desde sempre, que a valência principal deveria ser uma aposta grande numa prestação de serviços de cultura de qualidade, de maneira a atrair o turismo e, complementarmente, os negócios, mas a visão que se depreende do estudo é uma clara prioridade nos negócios. O Sr. Vereador, face à realidade económica e social de Coimbra, à natureza e à dimensão do seu parque hoteleiro, tinha dúvidas nesta primazia. Declarou que, sobre esta matéria, estará sempre numa posição de procurar o maior consenso possível, na medida em que achava ser a decisão mais importante a ser tomada, já que o investimento não deve durar apenas dois anos. Insistiu que não se podia fugir muito do impacto principal na cultura, e se tal fosse feito, estar-se-ia a seguir um caminho errado. Admitiu que o turismo de negócios e os congressos possuem a sua importância, mas não deveriam ter um papel decisivo. Este panorama que o Sr. Vereador traçou refletia na proposta de pessoal indicada no documento. Na sua opinião, era chocante o espaço abrir com um gestor/coordenador e três técnicos de vendas, não entendendo o papel destes últimos. Disse que não tinha experiência em gestão, muito menos de um equipamento deste, mas achava que três técnicos de vendas era um apelo ao negócio absolutamente exagerado. Sobre o restante pessoal sugerido, disse que não tinha condições para avaliar a necessidade de cada um, embora parecesse que quarenta trabalhadores efetivos fossem um peso elevadíssimo para um equipamento desta natureza, devendo ser melhor ponderado. O Sr. Vereador também afirmou que, na sua visão e na dos Cidadãos por Coimbra, a aposta central deveria ser na cultura, voltando a sugerir que a direção artística e a programação deveriam ser efetuadas através de um concurso, para que fosse, de forma transparente e rigorosa, encontrada a pessoa com maior qualificação possível, em termos nacionais e internacionais, no que toca à programação cultural. Igualmente declarou que não via no documento, pelo menos explicitamente, a necessidade de envolver toda a região no projeto, que tem de ter uma vocação não só nacional, mas também internacional, e capacidade de atração, acima de tudo. Os números de eventos e congressos estimados no estudo parecem ao Sr. Vereador excessivos, mas apesar disto só podem ser compreensíveis se houver o envolvimento de toda uma região com cerca de quatrocentas mil pessoas. Deu o exemplo do CAE da Figueira da Foz que, com uma escala completamente diferente, vai continuar a realizar os seus eventos, o que gerará concorrência. Mesmo que exista esperança de que a situação económica melhore, as condições não se alterarão no país de um momento para outro. O Sr. Vereador chamou a atenção para que haja realismo quando se fala nestes eventos. Verificou que a própria tabela de preços dos congressos teve uma queda acentuada de valores. Concluiu que aquelas eram as



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

primeiras notas sobre o assunto, pedindo que fossem compreendidas como um contributo positivo para o debate desta questão. Disse que só havia dois caminhos: concretizar algo sustentado, sólido e bem estruturado, ou daqui a três anos a situação será desastrosa.

A Sra. Vereadora **Carina Gomes** opinou que, embora fosse um documento sintético, não deixava de ser denso e tratava muitos dos aspetos sobre os quais o Executivo teria de ser habilitado a decidir. Salientou que era um documento de continuidade, face a outros discutidos em reunião de Câmara Municipal. Disse que, quando se estava a tratar da parte da obra, não havia interação com o Departamento de Cultura, mas neste momento da definição do modelo de gestão e da programação cultural, a integração é óbvia. Esclareceu que se tem vindo a trabalhar em grande proximidade com as associações culturais da cidade. Disse que no dia anterior esteve reunida com a Escola da Noite no Convento de São Francisco e, antes disso, com o Teatrão e com o Conservatório. Este trabalho tem sido feito, inclusivamente para mostrar às associações culturais o espaço e na perspetiva de articular a programação existente nestas associações em equipamentos que também são municipais com o novo espaço. A Sra. Vereadora afirmou que não pode existir concorrência nem de energia, nem de financiamento, entre eles. Achou interessante que fosse levada a cabo a ideia de juntar todas as associações e levá-las novamente, em conjunto, ao Convento de São Francisco. Comentou que havia algumas questões que foram levantadas, sobretudo, pelo Sr. Vereador Ferreira da Silva, sobre as quais gostaria de refletir. Uma delas tem a ver com a valorização da cultura ou dos congressos. Um dado importante que a Sra. Vereadora gostaria de juntar à discussão era de que o público dos congressos tem, tipicamente, um elevado grau de instrução e formação, e poder de compra, e não vem para ficar apenas um dia na cidade. Quando o mesmo dura dois dias, geralmente as pessoas vêm no dia anterior e prolongam a sua estadia por mais um ou dois dias após o seu término, para aproveitar a oportunidade de visitar a cidade, pelo menos é o que dizem os estudos de turismo nesta área. Assim, este público acaba por procurar eventos culturais na cidade, em toda ela, não apenas no Convento de São Francisco. Quanto à capacidade hoteleira para receber mais visitantes, a Sra. Vereadora referiu que existe um défice neste âmbito. Mas como se trata de um equipamento regional e nacional, toda a região à sua volta vai igualmente beneficiar da sua construção. Acrescentou não ser por acaso que há a intenção de instalar no próprio Centro de Congressos o que poderá vir a chamar-se Coimbra e Centro Convention Bureaux, por ser do entendimento, partilhado com a entidade regional Turismo Centro de Portugal e com a Agência de Promoção Externa (que apenas faz promoção no estrangeiro, ressaltou), de que o equipamento é de Coimbra, mas não só: também é da região e do país. Salientou que a candidatura que obteve financiamento para esta obra é nacional. Portanto, os benefícios não serão apenas para a cidade, insistiu. Quanto à intervenção do Sr. Vereador Ferreira da Silva sobre a quantidade de eventos, que considerou um tanto exagerada, compreendia que no início o arranque seria mais difícil, mas informou existir dezenas de manifestações de interesse e pré-reservas para grandes congressos para o local. Também informou que há centros de congressos no país que realizam congressos todos os dias. E é nestes exemplos que se tem de inspirar, disse a Sra. Vereadora, sejam eles de que dimensão for. Tal não significa que o grande auditório tenha de estar sempre lotado, mas as salas menores devem estar ocupadas. É do entendimento da Sra. Vereadora de que outra valência que deve estar a funcionar permanentemente: o serviço educativo para todos os tipos de público. E deve estar articulado com os serviços educativos que os demais agentes culturais da cidade já oferecem. Se uma entidade cultural oferece, por exemplo, serviço educativo aos sábados de manhã, não faz sentido que o Convento de São Francisco faça o mesmo, a não ser que seja complementar e os públicos possam circular entre os espaços. Na sua opinião, a programação cultural que deve existir neste equipamento é a que Coimbra não possui capacidade de acolher atualmente. Os grandes artistas, quando fazem as tournées, passam ao lado da cidade, por não existir uma sala de espetáculo capaz de acolhê-los. Para os eventos que já acontecem na cidade, a Sra. Vereadora disse crer que o Convento de São Francisco não é um local adequado, pois assim esvaziaria os demais equipamentos das suas funções e atividades. No seu entendimento, a função cultural é outra: captar atividades que atualmente Coimbra não tem capacidade de acolher.





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Sr.<sup>a</sup> **Vice-Presidente** referiu que, em sua opinião, o Convento de S. Francisco é um equipamento nacional e é um equipamento fantástico que tem tido condicionantes, quer no modelo de financiamento quer no desenvolvimento. Ao ser financiado pelos fundos europeus tem limitações, durante cinco anos tem que obedecer aos fins para que foi criado e também está condicionado pela titularidade porque é da Câmara Municipal de Coimbra. Foi condicionado ainda no desenvolvimento pelo quadro legal. Em termos de modelos de empresa “pública”, a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente disse ser menos otimista do que o Sr. Vereador Ferreira da Silva. Pensa que nunca poderia funcionar como empresa local por três anos porque nunca passava no Tribunal de Contas ao quadro legal. Os outros modelos embora não os conheça bem, julga que era importante conseguirem não só os locais mas inclusivamente os atores nacionais nesta área. Gostaria que o Convento de S. Francisco, como grande equipamento que é, funcionasse em rede com outros equipamentos nacionais se pudessem captar esses atores para estabelecerem uma associação de qualquer tipo jurídico. Esse deve ser o grande objetivo, a criação de uma rede de parceiros que, com a Câmara Municipal de Coimbra, desenvolvam um trabalho e deem dimensão a este espaço por forma a desenvolverem atividades culturais de investigação como atividades culturais que estão no mercado, assim como congressos de desenvolvimento de negócios ou científicos. Se este grande equipamento existe, é porque houve anos de trabalho conjunto nesta cidade, por um objetivo. Agora que esse equipamento está quase pronto e têm esperança que se abram novas portas com novos quadros legais, não podem deixar de trabalhar por este equipamento e há que o pôr a funcionar.

O Sr. Vereador **Francisco Queirós** sobre o documento apresentado sobre “Estudo de Viabilidade Financeira e Modelo de Governação do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco” disse que os vários cenários colocados não correspondem ao que é necessário, pelo que espera que o legislador faça alterações no sentido de tornar possível, por exemplo, uma gestão pública mais célere sem deixar de ser extremamente rigorosa mas que por exemplo na área da cultura não seja obrigada a um conjunto de procedimentos que tornam impossível assegurar a existência de uma programação cultural de qualidade. No quadro legal anterior há limitações muito grandes. Há aqui várias soluções apontadas e tal como o próprio documento refere, terão méritos e deméritos, há questões do foro administrativo que têm que ser esmiuçadas, ou seja a Câmara Municipal para decidir em consciência precisa de perceber melhor o que é que ganha com qualquer um destes modelos e só aí estará em condições de poder decidir. Disse ainda que devem procurar uma solução que é aquela que trate bem do pequeno tesouro que têm nas mãos. Na sua perspetiva, este é um equipamento de grande valor e enorme potencial, é do interesse público municipal que exista uma gestão municipal, uma gestão pública e uma gestão aberta à Cidade, à região e ao país e aos contributos de todos. Pensa que há um caminho a fazer, do aprofundar da solução jurídica que na sua perspetiva tem de ser à luz do princípio da gestão pública e do interesse municipal. A Câmara Municipal não pode e não deve abdicar de controlar este equipamento, de definir, de decidir a sua política cultural inserida numa política cultural do Concelho. Neste momento parece-lhe ser importante ter alguma prudência na escolha do modelo de governação e envolver a Cidade, a região. Estão na perspetiva de ter um equipamento cultural poderosíssimo para o qual não podem nem devem ignorar os contributos dos grandes agentes da Cidade. Envolver as pessoas que estudaram, avaliaram e quem tem opiniões, é uma enorme mais-valia. Em relação às opções de modelo administrativo de governação, julga que precisam de ir mais longe na análise jurídica, de pressionar o Presidente da Associação Nacional de Municípios e a Câmara Municipal, os novos agentes do poder político empossados, no sentido de introduzir alterações à própria legislação e que permita tornar mais ligeira a forma de tratamento de questões de programação cultural.

O Sr. Vereador **Carlos Cidade** disse que este momento é histórico, de grandes transformações e é o momento de dar corpo a uma ambição. Essa ambição de Coimbra não é de agora, estamos é na fase decisiva



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

de corresponder àqueles que nos antecederam, desde a compra do Convento de S. Francisco ao lançamento das primeiras ideias para Centro de Congressos mas também Centro Cultural. Disse ainda que muito daquilo que hoje foi referido acaba por ser repetitivo relativamente aos anseios que se colocaram aquando do início deste projeto ambicioso e que Coimbra assumiu para a construção deste equipamento. Julga que há consenso generalizado sobre o programa estratégico que se deve colocar relativamente àquele equipamento, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista dos negócios, quer do ponto de vista de espaço de receção e que só é possível havendo uma grande flexibilidade e autonomia relativamente à utilização daquele espaço, não se cingindo apenas a algumas áreas pré-definidas. Pensa que, só com muita participação é que é possível o êxito deste equipamento e espírito de abertura e modernização tem também que ser relevante, da sua integração em rede ninguém tem dúvidas e nesse aspeto também há que ser ambiciosos. A questão da acessibilidade no sentido de terem alguma proximidade com todos os agentes que podem beneficiar direta ou indiretamente deste equipamento. Para além da gestão, era importante a criação de um órgão consultivo, tipo conselho geral que envolva também aqueles que ao nível do país possam dar um contributo extremamente importante. Este documento reafirma aquilo que tem sido refletido em vários documentos estratégicos quer da Câmara Municipal quer vindos do exterior. Nesta fase e estando de acordo neste momento histórico quer para Coimbra quer para o País e de ter alguma expectativa de alteração legislativa em muitas matérias, nomeadamente a que se refere às autarquias, não vê outra solução nesta fase que não seja a Câmara Municipal assumir a gestão do equipamento. Estamos perante desafios e se já fomos ambiciosos, o que pretendemos com este equipamento para a cidade é ainda mais ambição. Nesta fase, entendendo que é um equipamento de Coimbra para o mundo, não vê de facto outra solução, com uma grande preocupação de ser um equipamento competitivo em relação aos preços que irão utilizar, do ponto de vista dos negócios e dos congressos e de alguma produção cultural e dos preços e programas de atratividade em que a oferta turística também é um factor determinante. E dependendo das alterações legislativas, pensa que daqui a pouco tempo o modelo de gestão tenha que ser reequacionado. É evidente que vai funcionar com todos os condicionalismos que todos sabemos existir, por força da legislação imposta às autarquias. Estamos na fase decisiva, com muita confiança e o ponto mais importante de valorização da Cidade é a abertura deste Centro de Convenções e de Cultura e é uma honra para todos nós dar continuidade a esta ambição de Coimbra de há longos e longos anos.

O Sr. Vereador **Barbosa de Melo** disse que o Convento de S. Francisco é um grande projeto desta Cidade e tem potencial para mudar Coimbra. Pensa que todos apostaram sempre nisso, há muitos anos de dedicação para que a obra hoje esteja praticamente pronta. Atravessou vários executivos e vários técnicos desta Cidade, todos com ambição. Tem uma característica muito particular, ser um espaço de contemporaneidade num edifício histórico. É um projeto que foi sempre muito consensual e terá de continuar a ser, porque os executivos vão mudando, mas o Convento de S. Francisco permanecerá. Em relação ao documento apresentado e que leu com algum cuidado pensou, comparativamente ao anterior, que este já apontasse de uma maneira mais concreta para a hipótese de um modelo de gestão. Quase todo o seu conteúdo já estava anunciado há um ano, há uma densificação, percebe-se um pouco melhor a parte financeira. Pensa que inicialmente não escapará a uma administração direta da Câmara Municipal de Coimbra, mas isso envolve técnicos que a autarquia não tem e a sua contratação demora tempo. Julga que têm de ter uma situação de emergência para permitir que haja um arranque que não seja indigno desta estrutura. Disse ainda que uma estrutura deste género tem de ter uma estrutura de gestão e uma estrutura de ligação com a Cidade/Região. Isto para que toda a Cidade participe neste projeto. Não deve envolver apenas a Universidade, como já foi referenciado pelo Sr. Vereador José Belo, porque os congressos irão ser essencialmente científicos, tendo referido que tem de haver uma ligação com o sector privado, como por exemplo a hotelaria de Coimbra. Não é possível fazer congressos sem uma articulação com a hotelaria. O que se pretende de uma estrutura como estas é gerar coisas novas. Esta articulação é um desafio enorme. Um dos principais problemas/oportunidades para uma estrutura destas é a sua multifuncionalidade e é difícil perceber quais as



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

prioridades e como é que se vão gerir no dia-a-dia umas com as outras. Para isto, é necessário uma estrutura que funcione e não é fácil pensar numa estrutura destas a ser gerida dentro de uma Câmara Municipal com todos os conflitos a ocorrer todos os dias. Todos percebem a dimensão desta tarefa que é muito grande e é um momento que vai mudar a vida da Cidade.

O Sr. Eng.º **João Aidos** esclareceu que o espaço tem duas missões completamente distintas. A missão de serviço público que tem na área da cultura e a missão do espaço de congressos que tem funcionalidades e trâmites completamente diferentes. A área de turismo e negócios é completamente distinta, muito especializada, necessita de profissionais com experiência e o mercado é diferente. Fizeram-se estudos de mercado e comparações. Referiu que o Convento de S. Francisco tem uma caixa de palco que é das mais complexas do país, tem um grande auditório com 1125 lugares, uma igreja de 600 lugares, quase 10 salas (2 de 600; 2 de 100, tem estúdios e alguns espaços que conseguiram reformular), e é necessário perceber que a cidade não está desprovida de equipamentos, é importante perceber qual a taxa de ocupação por exemplo do TAGV, do Conservatório de Música, do Pátio da Inquisição ou da Oficina Municipal que não atinge os 70%, pelo que questionou se a Cidade tem público para encher uma sala de 1125 lugares. Este equipamento não é regional, se não nem estava no PO Nacional, surge de uma estratégia nacional do Governo, tem fundos comunitários, é um equipamento para equilibrar algumas áreas e ter na região centro um espaço que responde às necessidades para que numa área haja resposta e haja um determinado desenvolvimento económico, financeiro e cultural e que também responda, ao mesmo tempo, àquilo que é necessário à Cidade. Disse ainda que 45 pessoas para os recursos humanos, é o mínimo dos mínimos, têm que as ir buscar ao mercado uma vez que têm de ser especializadas e com experiência comprovada. Na Câmara Municipal não conhece, por exemplo, um sonoplasta, um diretor de cena ou diretor técnico. Deu como exemplo que o Centro Cultural de Vila Flor tem 65% do espaço do Convento e tem 60 pessoas, bem como equipamento similar com cinco técnicos de vendas. Portanto, ou vão buscar pessoas qualificadas ou então é impossível. Este espaço tem que ter uma estratégia internacional, fazer uma aposta de serviço público e perceber em que é que ele vai acrescentar a oferta cultural na Cidade, está previsto um conjunto de estúdios de apoio à criação e um espaço de residências artísticas, propõe a incubação de empresas na área da cultura, está a pensar-se numa estratégia da Cidade. Relativamente ao cronograma o Sr. Eng.º João Aidos disse que o espaço tem de abrir obrigatoriamente em abril. Por vezes aparece março porque qualquer operação do POVT após três meses do seu término tem de estar operacional. Aliás, ao abrir em abril, terão que justificar. Não podem abrir antes de abril porque o parque de estacionamento faz parte da operação. Relativamente à questão do modelo de gestão disse que a Lei n.º 50/2012 estrangulou toda a atividade nesta área e todas as estruturas públicas em Portugal, aliás, a maior parte das fundações tiveram que fechar bem como as empresas municipais. O estudo refere-se a associação ou fundação. Fundação porque os exemplos de equipamentos desta dimensão com esta missão e com esta oportunidade são financiados pelos Estado. O único modelo jurídico que permite essa transferência de capital pelo Estado é uma fundação. Disse ainda que a insistência na questão da fundação é porque têm a hipótese de ter um conjunto de argumentos para criar uma fundação que seja apoiada pelo estado, porque em termos da estratégia municipal foi financiado por um PONacional e podem claramente negociar com outros ministérios, para além do ministério da cultura, para os primeiros três anos (que é isso que necessitam) de modo a equilibrar o balanço de conferências, ter um determinado valor de receitas e equilibrar as despesas. Em termos de competitividade estão a começar agora, não estão nos patamares internacionais nem nas associações internacionais. O Convento de S. Francisco é um espaço com grandes potencialidades e em termos estruturais este diálogo constante entre o património e a contemporaneidade é único. Por fim, disse que já têm 29 congressos sinalizados, são 15 mil pessoas na cidade e estima-se um valor de 150 mil euros.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Sr. **Presidente** informou o Eng.º João Aidos que no dia 11/12/2016 realizar-se-á no Convento S. Francisco a Celebração dos 40 anos do Poder Democrático. O Sr. Presidente fez o ponto da situação sobre o que é preciso refletir e decidir. Como primeiro ponto de clarificação disse que a apresentação do documento anterior foi feita em 22/05/2015. Um outro ponto importante é o tomar conhecimento deste estudo e o relatório final que foi encomendado à Opium, sendo desejáveis alguns aperfeiçoamentos de atualidade. Chamou a atenção para o modelo futuro do Centro de Convenções e Congressos de S. Francisco, bem como para o que fazer para este tempo em que há diversos aspetos que merecem ser aperfeiçoados. Neste momento, todos os modelos incluem um conjunto de restrições, condicionantes, determinadas pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico das Atividades Empresariais Locais e das Participações Locais. Nos art.ºs 62.º e 66.º da mesma lei, é determinada a dissolução obrigatória das empresas locais ou a alienação obrigatória das participações locais detidas sempre que, relativamente a tais entidades e por referência aos três últimos exercícios económicos, se verifique uma das seguintes situações: as vendas e prestações dos serviços realizados não cobrem pelo menos 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios; quando se verificar que o peso contributo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas; quando se verificar que o valor resultante do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo e ainda quando se verificar que o resultado líquido é negativo. Sublinhou que o Centro de Convenções e Congressos S. Francisco é um equipamento estratégico municipal de Coimbra. Referiu ainda sobre a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que se conseguiu que a Assembleia da República acolhesse algumas exceções. Aproveitou para informar os Srs. Vereadores que, relativamente à Empresa Municipal Prodeso, Ensino Profissional, E.M, acabou de receber a notificação que anulou a notificação anterior, a extinção e dissolução. A Empresa Municipal Prodeso, Ensino Profissional, E.M, vai continuar e valeu a pena o esforço, mas não pretendem que ocorra uma situação imperativa destas com Centro de Convenções e Congressos S. Francisco ou outras. É expectável, desejável e necessário um aperfeiçoamento à Lei n.º 50/2012 de modo a definir, em termos técnicos e legais, aquilo que se conseguiu, por exemplo, para as organizações e ensino profissional. Sendo isto expectável, naturalmente que o processo legislativo tem os seus tempos e não dá para antever nem predeterminar, pelo que há que encontrar a solução para o tempo imediato. O Centro de Convenções e Congressos S. Francisco só vai funcionar com o financiamento da Câmara Municipal e de outras entidades públicas e, portanto, o modelo a adotar não pode interditar a Câmara Municipal de cofinanciar o seu funcionamento. Assim, a solução temporária, enquanto não há uma decisão tomada no quadro legal com uma análise mais detalhada em termos das potencialidades e das dificuldades, é criar uma equipa de projeto/estrutura de missão, a partir dos serviços municipais, com assessoria, acompanhada por um conselho consultivo, com agentes económicos, culturais, sociais de Coimbra e para abrir a participação de outros. Não podem ficar confinados ao espaço municipal. Este Conselho Consultivo seria um grande conforto para uma estrutura de missão destas, que pelo quadro legal a que estão obrigados, necessitam de um tempo de funcionamento conforme as necessidades operacionais e da produtividade daquele equipamento coletivo que está concluído. Chamou a atenção para as designações que podem criar uma dificuldade ao nível dos recursos humanos, dado o conflito com outra lei. A reunião de hoje implica também uma decisão formal sobre a tabela de preços ou tarifário que está sujeito ao Código do IVA, sem prejuízo de vir a ser integrada na tabela de taxas e preços que está em elaboração e alteração pelos serviços municipais, que resultou de uma prospeção feita em vários sectores do território nacional e não só, tentando encontrar um racional e um preço competitivo que comparativamente dá melhores condições de concorrer. O modelo de arranque é a internalização, com uma estrutura de missão ou equipa de projeto, abrindo a oportunidade interna para funcionários municipais ou com vínculo público que tenham qualificações em vários áreas, através do mecanismo da mobilidade. Referiu-se ainda a uma questão estratégica para a qual emitiu despacho hoje, mas que virá à próxima reunião, do 1º adicional ao contrato de empreitada do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco da prorrogação do prazo, por vinte dias, dos trabalhos de reajustamento que terminava no dia 30/11/2015.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Sr. Vereador **Ferreira da Silva** ficou surpreendido pelo facto de o documento, nesta fase, ser apresentado de forma tão assertiva na fundação. Parece-lhe pouco razoável falar da fundação nesta fase e, por isso, já ter referido anteriormente a existência de técnicos na Câmara Municipal que têm de ser aproveitados e ser geridos conforme a situação. No geral e sem prejuízo desta matéria vir a ser aprofundada e deliberada de forma mais adequada, pensa que não há discussão. É um bom princípio aproveitar os quadros que a Câmara Municipal de Coimbra tem e acabar um pouco com as “fantasias” que lhe parecem começar a existir. Disse ainda que sempre defendeu que este projeto é para o mundo e é internacional, desde logo porque os Cidadãos Por Coimbra entendem que a nomeação do diretor e do programador não deve ser da vontade exclusiva do Sr. Presidente, como até agora tem sido com a escolha do Eng.º João Aidos, mas sim através de concurso público internacional. Quando querem excelência tem que ser em tudo e, obviamente, desde logo ao que é comparável, que são os grandes equipamentos. Tal como falou a Sr.ª Vice-Presidente e muito bem, não podem deixar de funcionar em rede com a Fundação de Serralves, com o Centro Cultural de Belém e outros equipamentos com a mesma dimensão, até pela economia de escala que isso permite. Quanto ao aspeto central da cultura, referiu que o que existe em Coimbra é bom e o Eng.º João Aidos chamou a atenção para o facto de ter um índice de ocupação baixo, e isso é absolutamente necessário ter em consideração; por outro lado, conhece os compromissos com o POVT e o que é o seu programa inicial e, portanto, podem dar um peso central à cultura, sendo o resto complementar. Se não houver atividades que tenham uma forte componente económica, será o afundar, nomeadamente, em termos orçamentais da Câmara Municipal. O que se vai apresentar como essencial, entende ser a cultura e não os negócios e a visão que aqui é prevalecte são os negócios e não a cultura. Oxalá se encontre um entendimento equilibrado que permita que efetivamente a cidade possa assumir esse papel essencial. Quanto à Tabela de Preços disse tê-la como boa por razões óbvias.

O Sr. Vereador **Francisco Queirós** dado o quadro legal existente e dada esta indefinição, parece-lhe que a sugestão do Sr. Presidente é bastante razoável no presente momento face ao contexto, embora exija uma enorme pressão no sentido de alteração legislativa que permita outros modelos de governação sólidos e sustentados. Está globalmente de acordo com este tipo de solução. Quanto à Tabela de Preços, parte do princípio que foi feita uma avaliação dos diferentes preços e seria insensato impedir a Câmara Municipal neste momento de recolher as devidas tarifas. Considera que o processo está invertido, a Tabela de Preços deveria merecer uma reflexão de per si, mas não faz sentido votar contra uma tabela de preços que tem de ser aplicada no imediato.

O Sr. Eng.º **João Aidos** explicou que foi feito um estudo de mercado. Executaram ao máximo as dotações que tinham ao nível do equipamento, aumentando a competitividade.

O Sr. Vereador **José Belo** disse que lhes foi apresentado um modelo de gestão com várias alternativas, das quais não faz parte a estrutura de missão.

A Sr.ª **Vice-Presidente** disse que neste momento, salvaguardados que estão os esforços que a Câmara Municipal fará para estudar o modelo definitivo/alternativo, é esperar melhoras em termos de quadro legal. Posteriormente irá ser apresentada uma proposta formal de uma equipa de projeto, constituída no seio da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Coimbra.

O Sr. **Presidente** referiu que o documento aborda as seguintes hipóteses: internalização, fundação pública de direito público, fundação privada e associação e está caminhar, na expectativa de que o aperfeiçoamento às leis em vigor permitam adotar uma estrutura mais duradoura. A equipa de projeto/estrutura de missão é para o arranque do funcionamento do equipamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assim o Sr. Presidente colocou à votação o estudo de viabilidade financeira e modelo de governação do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1831/2015 (27/11/2015):*

- **Tomar conhecimento do relatório final “Estudo de Viabilidade Financeira e Modelo de Governação do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco” e “internalizar” a gestão do espaço do Convento de S. Francisco criando para o efeito uma equipa de projeto/estrutura de missão.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, Barbosa de Melo, Francisco Andrade, Filipe Carrito, Francisco Queirós e Ferreira da Silva. Absteve-se o Sr. Vereador José Belo.

Justificação de voto do Sr. Vereador Barbosa de Melo: *“Votei a favor desta proposta porque entendo que ela é a única solução possível neste momento. Reservo a minha opinião, como é óbvio, no futuro para outras opções de gestão quando se voltar a colocar este problema. É bom que isto fique claro porque algum dia ainda alguém vai dizer que votámos aqui uma coisa definitiva que, para nós é uma solução provisória.”*

Justificação do Sr. Vereador Ferreira da Silva: *“Nesta circunstância, sem prejuízo obviamente de reapreciação futura, condicionar também ao conhecimento de quem é que constitui essa equipa de projeto/estrutura de missão que há-de cá vir”*

De seguida, o Sr. Presidente colocou à votação a Tabela de Preços para os espaços e de valorização de equipamentos e serviços do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 1832/2015 (27/11/2015):*

- **Aprovar a Tabela de Preços para os de espaços e de valorização de equipamentos e serviços do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, a qual, dada a sua extensão, fica a pensar à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, Barbosa de Melo, Francisco Andrade, Filipe Carrito, José Belo e Ferreira da Silva. Absteve-se o Sr. Vereador Francisco Queirós.

Justificação de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

*“Dado o quadro legal existente e dada esta indefinição, parece-lhe que a sugestão do Sr. Presidente é bastante razoável no presente momento face ao contexto, embora exija uma enorme pressão no sentido de alteração legislativa que permita outros modelos de governação sólidos e sustentados. Está globalmente de acordo com este tipo de solução. Quanto à Tabela de Preços, parte do princípio que foi feita uma avaliação das diferentes taxas e seria insensato impedir a Câmara Municipal neste momento de recolher as devidas tarifas. Considera que o processo está invertido, a Tabela de Preços deveria merecer uma reflexão de per si, mas não faria sentido votar contra uma tabela de preços que tem de ser aplicada no imediato.”*

Por fim, o Sr. Presidente informou que chegou o visto prévio do Tribunal de Contas ao empreendimento do Terreiro da Erva e ao contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene urbana e recolha de lixo contratado com a SUMA.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente propôs ainda que a próxima reunião se realizasse no dia 9 de dezembro (quarta-feira), pelas 10h00, em virtude do feriado de 8 de dezembro, tendo os Srs. Vereadores concordado com a alteração.

E sendo treze horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 09/12/2015 e assinada pelo Sr. Presidente e por Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete, Diretora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente da Câmara Municipal,

  
\_\_\_\_\_  
(Manuel Augusto Soares Machado)

A Secretária,

  
\_\_\_\_\_  
(Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete)